

Nota de abertura

O Serviço Social na área da Educação¹ é um domínio de trabalho plural, complexo e relevante no desenvolvimento de objetivos de política educativa e, igualmente, de uma cidadania mais plena, ativa e inclusiva, também com base num dos esteios maiores desta última – a educação. Seja no domínio da ação social escolar, da orientação vocacional, do desenvolvimento de projetos e programas específicos de combate ao insucesso, ao abandono e indisciplina (como Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, entre outros), ou noutras áreas promotoras de uma escola e uma educação mais inclusivas e cidadãs, a profissão de Assistente Social é, sem dúvida, de grande pertinência no quadro das comunidades educativas contemporâneas.

A Portaria nº 63/2001, de 30 de Janeiro, estabeleceu formalmente uma carreira dedicada ao Serviço Social nos estabelecimentos de educação e ensino não superior, pela definição da carreira de técnico superior de Serviço Social, cujo conteúdo funcional, neste articulado, se definia através dos seguintes pontos de entrada: “a) Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola no âmbito dos apoios sócio-educativos; b) Promover as ações comunitárias destinadas a prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático; c) Desenvolver ações de informação e sensibilização dos pais, encarregados de educação e da comunidade em geral, relativamente às condicionantes sócio-económicas e culturais do desenvolvimento e da aprendizagem; d) Apoiar os alunos nos processos de desenvolvimento pessoal; e) Colaborar, na área da sua especialidade, com professores, pais ou encarregados de educação e outros agentes educativos na perspetiva do aconselhamento psicossocial; f) Colaborar em ações de formação, participar em experiências pedagógicas e realizar investigação na sua área de especialidade; g) Propor a articulação da sua atividade com as autarquias e outros serviços especializados, em particular nas áreas da saúde e segurança social, contribuindo para o correto diagnóstico e avaliação sócio-médico-educativa dos alunos com necessidades especiais, e participar no planeamento das medidas de intervenção mais adequadas”.

No plano mais substantivo, observa-se, hoje, que os Assistentes Sociais desenvolvem trabalho em contexto escolar a múltiplos níveis: no acolhimento, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de alunos em situação de vulnerabilidade social e económica, na elaboração

¹ Centramo-nos, aqui, na atividade desenvolvida pelos Assistentes Sociais nas escolas.

de projetos dirigidos a problemáticas escolares e educativas específicas (como a violência, as dependências ou as necessidades educativas especiais), no diagnóstico social, análise e intervenção a nível institucional, visando otimizar processos educativos, na caracterização – e intervenção – socioeconómica e familiar dos alunos ou na participação na construção, acompanhamento e avaliação de projetos e propostas educativos de escola, entre o mais (Abrunhosa, 2015). De acordo com Maria Irene Carvalho, os Assistentes Sociais desenvolvem, no nosso país, atividades com os estudantes, pais/encarregados de educação e com a comunidade educativa i) na prevenção de comportamentos de risco dos estudantes; ii) na mediação entre a escola, as famílias e restantes instituições da comunidade; iii) na promoção do acesso a recursos sociais, com os encaminhamentos que efetuam; iv) no estudo e análise das realidades nos grupos de trabalho em que se inserem (Carvalho, 2018). Num plano mais concreto, os Assistentes Sociais têm vindo a encontrar colocação nas escolas através de várias medidas, programas e projetos específicos, designadamente nos Serviços de Psicologia e Orientação, no Programa TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, no PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação, no PNPSE – Programa Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar e nos Contratos de Autonomia (Mendes, 2017; Relva, 2017). De acordo com o estudo realizado por Mendes, no ano letivo 2016/2017 trabalhavam nos agrupamentos de escolas e em escolas não agrupadas de Portugal Continental 112 Assistentes Sociais, o que, de acordo com as contas da autora, se traduzia na presença de Assistentes Sociais em ~13% dos agrupamentos e escolas não agrupadas e em ~35% dos agrupamentos e escolas não agrupadas que permitiam a contratação de técnicos especializados em Serviço Social (Mendes, 2017, Carvalho, 2018).

No desenvolvimento da atividade dos Assistentes Sociais nas escolas, no nosso País, avulta o programa TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, no qual aqueles profissionais têm, de resto, desenvolvido muita atividade, da qual dão, aliás, nota, alguns dos textos que compõem o presente volume e que se trata do programa enquadrador da atividade da maioria dos/as Assistentes Sociais nas escolas, configurando-se, por outras palavras, no seu enquadramento profissional maioritário, no quadro da educação (Carvalho, 2018).

Tendo em conta este dado, olhemos, brevemente, para este programa e para a atividade destes profissionais. Com algumas variações, a iniciativa TEIP, nas suas sucessivas gerações (Cfr., sobretudo, o Despacho Normativo nº55/2008, de 14 de Outubro e o Despacho Normativo nº20/2012, de 3 de Outubro), tem como dimensão central e estruturante a promoção de uma intervenção territorializada (algo patente na própria designação da medida, claro está), que articula o trabalho escolar com o espaço mais amplo da respetiva *comunidade*

educativa, encarada na sua perspetiva mais ampla e na sua inscrição territorial. Com efeito, nos seus princípios-chave e nas suas linhas orientadoras principais, esta iniciativa visa objetivos educativos, como a prevenção e combate ao absentismo e abandono escolares ou a promoção do sucesso educativo, diminuindo as situações de desigualdade perante a escola radicadas em problemas sociais diversos, e procura atender a este propósito através de uma intervenção altamente organizada em função de um entendimento da escola como parte integrante de um *território*. Este entendimento representa o reconhecimento político de que existem problemas escolares que nem sempre podem ser cabalmente combatidos ou resolvidos apenas no interior da escola, mas também através da mobilização da *comunidade* a que a escola pertence, enquanto parte de um território no qual se inscreve. Neste programa, a orientação privilegiada em termos da autonomia a conferir às escolas encaminha-se para a promoção do sucesso escolar, a prevenção do abandono escolar e do absentismo, a formação da comunidade educativa e estreitamento de relações com a comunidade envolvente à escola (Barreiros e Serra, 2018), por conseguinte para uma intervenção numa ótica territorializada.

O trabalho dos Assistentes Sociais na área passa, justamente, por trabalhar nesta lógica *territorializada* e de relação com a comunidade educativa, na escola e na sua envolvente, mediando e articulando diferentes atores do processo educativo, presentes num mesmo território, através da utilização de uma diversidade de metodologias (Santos, 2015) e face a uma diversidade significativa de situações problemáticas, riscos e vulnerabilidades. A capacidade de trabalhar com modelos globais de abordagem à situação dos alunos e suas famílias no quadro dos processos educativos, bem como de articular diferentes atores e entidades no quadro de um mesmo território educativo são, entre outros, a nosso ver, elementos de relevo nesta abordagem territorializada. Assim, os Assistentes Sociais lançam mão de uma diversidade de metodologias e modalidades de intervenção tendentes à promoção de uma abordagem com estas características. O trabalho de Santos (Santos, 2015), por exemplo, identifica metodologias de intervenção como a abordagem por contexto sócio-ecológico e a mediação (em que se podem discriminar várias dimensões do trabalho na área do Serviço Social, como a conciliação, a arbitragem, a negociação e a resolução de conflitos (Relva, 2017) no debelar de situações que envolvem a relação aluno-família - por exemplo, através de acompanhamentos e encaminhamentos, promoção do envolvimento dos pais/encarregados de educação nos processos educativos dos alunos, promoção e realização de ações de sensibilização sobre temáticas diversas para a comunidade educativa e para os pais/encarregados de educação em particular, promoção de ações de desenvolvimento de competências parentais, articulação

entre várias entidades no desenvolvimento de ações e projetos, representação da escola em parcerias, desenvolvimento de novas parcerias, etc. (Santos, 2015, Relva, 2017).

Através desta necessariamente sumária – e incompleta – descrição de algumas formas de intervenção dos Assistentes Sociais, a nossa intenção foi ilustrar, através de dados de investigações realizadas por Assistentes Sociais, como o seu papel é relevante na articulação alunos / famílias / comunidade, ou seja, afinal, no já referenciado trabalho efetivamente territorializado na abordagem às questões educativas. Voltando à temática mais global da inserção dos Assistentes Sociais nas escolas, dir-se-ia, à luz destes dados muito brevemente apresentados, que este trabalho, desenvolvido no quadro do Programa TEIP, é outrossim uma ilustração de várias das potencialidades do trabalho promovido por estes profissionais e da sua relevância na ligação das escolas às comunidades educativas no seio das quais estão inseridas, mormente no plano do desenvolvimento de objetivos e propósitos de política educativa – como a prevenção e combate ao abandono escolar, a criação de um ambiente escolar saudável, a prevenção e combate a riscos sociais ou a promoção do sucesso educativo -, mas também da construção de uma cidadania mais plena, ativa e inclusiva, como começámos por referir.

À vista disto, é muito azada, no nosso entendimento, a publicação de um número da Aprender dedicado à temática do Serviço Social na Educação, visando sistematizar, analisar e refletir, de forma fundamentada e abrangente, conceitos e práticas dos Assistentes Sociais no domínio. É particularmente feliz que o encontro entre o “social”, quando perspetivado a partir da reflexão de uma das suas principais profissões, e o “educativo”, ocorram na revista Aprender – sendo que o essencial dessa felicidade está logo subjacente à designação da revista.

Bibliografia citada

Abrunhosa, N. (2015). *O Lugar do Serviço Social na Sociedade e na Educação – Discussão Teórica e Perspetivas Práticas*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais (Especialização em Serviço Social). Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Barreiros, N. e Serra, F. (2018). “O Olhar do Assistente Social Reflexivo em Contexto Escolar”. in Carvalho, M. (Coord). *Serviço Social em Educação*. Lisboa: PACTOR. 41-62.

Carvalho, M. (2018). “Sistema Educativo e Serviço Social nas Escolas: Breve Introdução”. in Carvalho, M. (Coord). *Serviço Social em Educação*. Lisboa: PACTOR. 1-15.

Mendes, S. (2017). *A Inserção Profissional de Assistentes Sociais na Escola Pública em Portugal Continental*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.

Relva, D. (2017). *O Assistente Social no Papel Mediador Escolar: Os Tipos de Papéis Assumidos na Prática Profissional*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Santos, S. (2015). *O Serviço Social no Sistema Educativo*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social: Lisboa: ISCTE.

Legislação consultada

Despacho Normativo nº55/2008, de 14 de Outubro.

Despacho Normativo nº20/2012, de 3 de Outubro.

Portaria nº 63/2001, de 30 de Janeiro.

Alexandre Cotovio Martins

Coordenador do Departamento de Ciências Sociais,
Território e Desenvolvimento da ESECS.